

## **A cidade sobrepondo as águas: memória e representação social em Guarapuava**

Beatriz Fagundes

*Colégio Estadual Francisco Carneiro Martins  
Guarapuava, PR*

**Resumo:** O avanço da urbanização, uma das maiores transformações do espaço na atualidade, tem causado alto grau de degradação no meio natural e, em especial, às águas. No espaço urbano, fatores naturais, como o “verde”, os animais, a água e outros elementos têm sido gradativamente expulsos ou transformados durante o processo civilizatório. Considerando esta situação, o presente estudo pretende abordar como as relações dos moradores de Guarapuava, PR, com os seus rios e outras águas, têm se modificado durante o processo da produção do espaço urbano. Essas relações se referem tanto à organização da água no espaço urbano (canalização, encanamento, desaparecimento) como ao uso desse recurso nas práticas sociais (água potável, esgoto, uso para lazer, etc.). Como cada ação para com o ambiente é acompanhada por reflexões dos moradores da cidade, a água, em especial os rios no espaço urbano, aparecem também como uma representação social. Esta abordagem permite revelar como a relação ambiental (ou não) dos moradores reflete-se na mudança de atitudes, de necessidades, de conhecimentos e até de etnofilosofias. Com este trabalho esperamos, assim, entender o processo pelo qual Guarapuava e a sua população se sobrepõem à paisagem até então natural, tanto em termos materiais quanto simbólicos, na esperança de poder proteger o que ainda existe dessa paisagem.

**Palavras-chave:** Rio. Cidade. Representação.

**Abstract:** As urbanization extends one of the greatest contemporary transformations of space, it has been causing high degradation of natural environments, with particular impact on water resources. In the urban space, natural elements such as green areas, animals, water and others have been gradually expelled or transformed during this “civilization” process. Provided this situation, this study has considered ways in which the relationship of Guarapuava city residents with their rivers and other waters has been modifying during the process of urban space production. These relationships refer both to the organization of water resources in the urban space (canalling, plumbing, disappearance) and

to the its use in social practices (drinking water, sewer, use for leisure etc). As each action regarding the environment is followed by the city resident's reflections, the water, especially the rivers located at the urban space, also appears as a social representation. This approach reveals how the environmental (or non-environmental) relationship of the residents is reflected in the change of attitudes, needs, knowledge and even of ethnophilosophies. It is hoped that this study will illuminate the understanding of the process through which Guarapuava and its population have taken over the natural landscape, both in the material and in the symbolic senses, in order to protect what still remains of that landscape.

**Key words:** River. City. Representation.

## **Introdução**

Na sociedade moderna, as transformações que ocorrem no espaço, muitas vezes, passam despercebidas diante da velocidade com que elas acontecem. Não paramos para analisar as consequências dessas mudanças para nós e para as futuras gerações.

Este artigo é parte da pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, e um dos objetivos foi desvendar como ocorreram essas transformações, em um lugar que fez parte da nossa infância e com o qual tínhamos um laço afetivo, por ser um ambiente de diversão e de encontro com colegas, principalmente em seu rio. Hoje, voltando a esse lugar, nos deparamos com um ambiente um tanto transformado, mas ainda com alguns resquícios da antiga paisagem. Um pedaço do rio ainda se encontra lá, mas suas condições não são as mesmas. Diante disso, surgiram as seguintes questões: como hoje os atuais moradores do local se relacionam com esse ambiente, em especial com o rio, e as gerações mais antigas como eram e quais são as relações com esse lugar? Quais as consequências para as relações e representações sociais da população com os rios, hoje, e antes de serem canalizados, em decorrência da transformação do espaço urbano de Guarapuava? De que forma esse processo de transformação do espaço urbano, e de supressão dos rios da paisagem vivida, está presente na memória das pessoas?

A presente pesquisa volta-se, então, à representação social das pessoas em relação ao seu ambiente, em especial, ao rio, entendendo-a dentro de processos dinâmicos que alteram relações antigas e instituem novas práticas socioespaciais. Esperamos, assim, entender o processo pelo qual Guarapuava e a sua população se sobrepõem à paisagem até então natural, tanto em termos materiais quanto simbólicos.

## 1. Reflexões teóricas

Para compreender as transformações do espaço urbano, principalmente da supressão dos rios da paisagem vivida, vai ser considerada aqui sua interpretação a partir das ações humanas que nele se realizam(ram). Segundo Corrêa (1989), “[...] o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente.”

Assim, o espaço urbano é produto dos vários momentos históricos, das várias divisões territoriais do trabalho que o incorporaram a cada momento. Neste sentido, Silva (1995), propõe que a cidade de Guarapuava seja interpretada a partir dos processos econômicos que colocaram a região numa certa posição, dentro de uma divisão do trabalho. Primeiro, a atividade tropeira e a coleta da erva-mate; após, a atividade agrícola, proveniente do incentivo da vinda de colonos com tradição agrícola.

Até este momento, Guarapuava vivia isolada em relação às outras regiões do Estado. Somente na segunda metade do século XX, com o avanço tecnológico, “destacamos a expansão do ramal ferroviário que liga Guarapuava ao leste do estado [...] e o asfaltamento da BR 277 que liga Curitiba a Foz do Iguaçu, passando por Guarapuava, na década de 60.” (SILVA, 1995, p. 59).

Para Milton Santos (2002, p.21), esse avanço tecnológico, a expansão das ferrovias, a construção de estradas, são próteses colocadas no espaço, que é “definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações.” Estas próteses estão muito mais voltadas a atender às necessidades dos agentes hegemônicos do capitalismo mundial, do que aquelas da população local. Elas se prestam a agilizar a circulação de mercadorias, capital e pessoas, tornando o território mais fluido, como argumenta o autor.

Portanto, as ações e os objetos que modificam o lugar, muitas vezes, são produtos de necessidades alheias (SANTOS, 2002), “[...] resultantes de uma série complexa de relações políticas e econômicas que têm suas raízes em espaços mais amplos, extrapolando seus limites administrativos.” (SILVA, 1995, p. 44).

Contudo, esses objetos e ações incorporam-se ao lugar e começam a fazer parte do cotidiano das pessoas que ali vivem e com os quais são obrigados a coexistir. Assim, as forças que transformam o lugar e as relações que as pessoas estabelecem com ele têm, na maior parte das vezes, origem extra-local, vêm de escalas de relações das quais as pessoas têm pouco controle, ou seja, segundo Carlos (1996), o lugar é um espaço, em tempos de globalização, cada vez mais produzido na sua articulação com o mundo. Contudo, o lugar é também definido pela autora como um espaço próximo, aquele apropriado pela vida, no qual nos movimentamos no nosso cotidiano. É o espaço familiar, conhecido e no qual somos reconhecidos.

É preciso considerar que esses processos que chegam e alteram o lugar, transformam também as territorialidades dos grupos sociais localizados,

mudam as relações socioespaciais, e o que é mais importante para o nosso trabalho, transformam as representações sociais e os sentimentos que estes grupos constroem em relação a estes novos espaços transformados.

Nesse contexto, os rios, muitas vezes, não são vistos como um elemento cultural da planta da cidade. Esta não existência é também uma representação social para determinados grupos e acaba justificando práticas do poder público de canalização dos rios e aterramento de áreas alagadas, retirando as águas das vistas da sociedade, sem encontrar resistência. Assim, as cidades não destroem somente as características naturais, mas o patrimônio psíquico que o imaginário da água tem produzido ao longo da história da humanidade (BRUNI, 1994).

Nossa intenção com este trabalho é discutir essas transformações a partir das relações que as pessoas estabeleceram e estabelecem hoje com os rios próximos a suas casas, e como estes aparecem nas suas representações sociais. Nesse sentido, julgamos fundamental apresentar o que entendemos por representações sociais, sendo esta a teoria que fundamenta o projeto.

A teoria das representações sociais que, atualmente, vem abrindo novas possibilidades para o conhecimento geográfico, tem relação, segundo Duveen (2003, p. 8), com “[...] o mundo comum e cotidiano em que nós habitamos e discutimos com nossos amigos e colegas e circulam na mídia que lemos e olhamos.”

Moscovici é considerado o grande teórico das representações sociais, constituindo-se referência para todos que trabalham neste campo. Ele afirma que:

Quando estudamos representações nós estudamos o ser humano, enquanto ele faz perguntas e procura respostas ou pensa e não enquanto ele processa informação, ou se comporta. Mais precisamente, enquanto seu objetivo não é comporta-se, mas compreender. (MOSCOVICI, 2003, p. 43).

Escolhemos essa teoria, porque a nossa pesquisa consiste em estudar, como as pessoas formam saberes sociais (para usar uma expressão de GUARESCHI e JOVCHELOVITCH, 1995) do lugar, que tem a presença de um rio, dentro de uma sociedade moderna, que se transforma com bastante velocidade.

## **2. A água e a cidade**

A história nos revela que, em geral, os seres humanos se estabeleceram onde a água era abundante, junto a lagos e rios, surgindo, assim, as grandes civilizações. Segundo Bruni (1994, p. 57),

[...] na [...]Grécia antiga [...]constitui-se a teoria dos quatro elementos, em que a água, juntamente com o ar, o fogo e a terra, era considerada uma das quatro substâncias fundamentais [...]que participava na formação de todas as coisas.

Ainda segundo esse autor, se levarmos em consideração o papel que a água desempenha nas mais variadas culturas humanas, nas religiões, nas artes, nas literaturas, e na própria filosofia, abre-se diante de nós, toda uma outra perspectiva em que a água deixa de ser apenas parte fundamental da natureza externa e da vida biológica, para tornar-se dimensão essencial da vida, especialmente a humana, ou seja, é na dimensão simbólica que a água diz respeito mais profundamente à vida e ao ser humano.

Contudo, desde os fins do século XVIII, a água deixou de ser, para nossa cultura, uma substância primordial, para tornar-se  $H_2O$ , um objeto da razão científica. A água passou a ser um corpo entre os outros, muito importante, é certo, mas sem alma, sem sentido. As cidades modernas tendem a destruir as características naturais da água e além disso, a sociedade atual introduz um efeito maléfico na dimensão simbólica, “[...] danificando, talvez de maneira irreparável o rico patrimônio psíquico que o imaginário da água tem produzido ao longo da história da humanidade.” (BRUNI, 1994, p. 64).

A água era abundante, mas precisava ser domada. O ser humano, construindo interrelações mais complexas com a natureza, estendeu, encurtou, alargou, estreitou, enterrou, confinou em concreto os cursos de água à sua vontade (CARVALHO, 2003) e, neste processo, produziu a cidade como sua atual morada.

Assim, cidades sempre apresentam um forte impacto no sistema hídrico, principalmente por causa da grande aglomeração da população que necessita de água limpa e do seu sistema de produção que também precisa da água como fonte de energia e, no sistema industrial e artesanal, como fator ou meio de produção (LEFF, 2004). O avanço da urbanização, geralmente de maneira desordenada, causa, assim, um impacto considerável no meio natural e resulta na formação de um sistema hídrico artificial, substituindo a primeira natureza por uma segunda (SANTOS, 1997).

É o caso do espaço ocupado pela cidade de Guarapuava, localizada no Terceiro Planalto Paranaense, definido por rochas de natureza básica-intermediária apresentando drenagem de diversos níveis de controle estrutural, produzido pelo intenso fraturamento dos basaltos (BATTISTELLI et al., 2004). O perímetro urbano da cidade de Guarapuava incorpora hoje, parte de uma ampla rede hidrográfica, qual seja, a Bacia Hidrográfica do Rio Cascavel, sendo que as águas da maioria dos seus afluentes, encontra-se canalizada/enterrada ou poluída e os rios que ainda não o foram, não estão sendo preservados. Tal observação nos conduz a pensar sobre o processo de urbanização desta cidade e suas relações com esta rede hidrográfica. Temos que a cidade foi crescendo sobre os rios e transformando antigas práticas sociais e os imaginários e representações que as pessoas tinham em relação aos rios que eram próximos, mas que hoje estão embaixo do asfalto e/ou degradados.

### 3. A água em Guarapuava

Guarapuava surgiu como cidade em 1819. O local escolhido foi uma planície de basalto localizada entre os rios Coutinho e Jordão (TEMBIL, 2007). O lugar da demarcação inicial, o centro urbano, foi uma área quadrada entre dois arroios, denominados Arroio do Pocinho e o Arroio Central. Os arroios eram caracterizados por pequenas áreas palustres.

Segundo Silva (1995), o marco inicial da cidade foi localizado nesta região por causa da abundância de água numa área de floresta. A cidade foi se expandindo a partir desse núcleo central e sua expansão, durante o século XIX, sobrepôs rapidamente os arroios. De acordo com Abreu e Marcondes (1992, p. 39), com o aumento da população urbana surgiu uma maior preocupação com a qualidade da água e da questão sanitária. Assim, com a elevação à vila em 1852, a Câmara Municipal começou a debater “[...] a situação precária das fontes de água potável para o abastecimento público [...]” optando pela construção dos chafarizes. Este sistema de abastecimento era muito utilizado na época colonial, por ser um sistema prático e barato. Mas apenas em 1858 foram apresentados os planos e os orçamentos dos dois primeiros.

Analisando o arquivo histórico do município, essas autoras apontam que :

[...] em ofício datado em 23 de abril de 1861, o fiscal João Manoel da Silva apresentava um quadro completo do estado das ruas e a triste situação das fontes, por falta de chafarizes. Indicava ainda os diversos locais onde existiam olho-d’água e da necessidade de se deixar um pátio de quarenta braças em quadro, em cada um deles. (ABREU e MARCONDES, 1992, p. 43).

Esses terrenos, sendo um deles onde hoje está localizada a Estação da Fonte, foram embargados, considerados de servidão pública. Entretanto, “[...] com o passar do tempo, muitos desses terrenos [...] foram concedidos a particulares pela própria Câmara Municipal.” (ABREU e MARCONDES, 1992, p. 44).

Assim, sempre havendo a necessidade de novos chafarizes, o município dependia da aprovação de verbas do Governo Provincial. Essa falta de dinheiro por parte da Câmara Municipal atrasou muito as construções de novos chafarizes e, assim, durante aproximadamente cinquenta anos foram construídos somente sete chafarizes, que foram projetados de forma simples, sendo construída apenas uma caixa em alvenaria de pedra natural com um cano do qual jorrava a água. “Em outras regiões brasileiras, os chafarizes foram projetados com cuidado e sofisticação, utilizando azulejos importados e obras de arte, dos quais alguns foram tombados pelo Patrimônio Histórico.” (ABREU e MARCONDES, 1992, p. 47), principalmente na região pulsante do barroco brasileiro, Minas Gerais, Goiás e Rio de Janeiro. Estas construções arquitetônicas geralmente apresentavam figuras mitológicas ou de animais relacionados à água. Ainda hoje, muitas dessas obras servem de ornamentos em praças e jardins. Dessas antigas fontes em Guarapuava, algumas estão

ainda abertas e ativas, sendo comum ver pessoas pegando água em algumas delas. Enquanto outras estão soterradas por calçadas e asfaltos.

O primeiro serviço de distribuição e tratamento de água só foi implantado em 1920, pelo Hospital São Vicente de Paulo. Tinha caráter elitista, pois, praticamente durante duas décadas serviu apenas para o abastecimento de 100 casas. A maioria dos proprietários adotou, como esgoto, o sistema de fossa séptica e poço negro. Outros fizeram a ligação direta para as galerias pluviais, despejando a sujeira nos arroios. Sem água encanada, as demais residências continuavam servindo-se dos poços, chafarizes e olhos d'água (ABREU e MARCONDES, 1992). Mostra-se, assim, que a distribuição dos recursos da água na transformação do sistema hídrico pela urbanização cria relações de disponibilidade e escassez.

A partir da década de 1950, intensificou-se o uso do anel central e a única área servida de infraestrutura era das classes de maior renda. Os loteamentos, que começaram a surgir ao redor dessa área, por iniciativa privada, foram predominantemente direcionados à população de baixa renda. A densidade demográfica ocorrida no espaço central provocou, neste processo, a poluição de muitas fontes naturais, que alimentavam também os chafarizes. Por isso, esses, bem como os arroios já mostravam sinais de contaminação pela urbanização. (ABREU e MARCONDES, 1992).

A escassez da água aumentou também por causa da canalização. Atualmente, o Arroio Central encontra-se quase todo canalizado, enquanto que o Arroio Pocinho, apesar de apresentar apenas alguns trechos de canalização, está ocupado pela malha urbana e suas águas abertas servem como coletoras de lixo e esgoto domésticos.

Na tentativa de gerenciar o problema da água foi criada, em 1965, uma Sociedade de Economia Mista, a CAEG - Companhia de Água e Esgoto de Guarapuava, que fez a captação da água do Rio das Pedras e construiu a estação de tratamento no Bairro Santana que hoje serve a cidade inteira como distribuidora de água. Em 1969 foi substituída, pela SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto que, em 1973, passou à exploração do sistema de distribuição de água tratada, coleta e remoção de esgotos sanitários para a SANEPAR, que continua até os dias atuais. (ABREU e MARCONDES, 1992).

Como podemos observar, a cidade foi se sobrepondo às águas e incorpora hoje uma considerável parte da rede hidrográfica da Bacia do Rio Cascavel. Salvo algumas áreas, o processo de ocupação urbana de Guarapuava, assim como de outras cidades, não valorizou a presença dessas águas na estruturação da cidade e fez com que a maior parte delas, principalmente os córregos, fossem canalizados e cobertos, desaparecendo do ambiente visível, e, aos poucos, da memória dos habitantes. (BRITTO e SILVA, 2006). Assim a não-existência deste elemento natural é também uma representação social da água e acaba justificando, entre outras, as práticas do poder público que,

através da canalização dos rios, aterramento de chafarizes e de áreas alagadas, retiram as águas das vistas da sociedade.

Ao contrário desta política de desaparecimento, recentemente alguns pontos, principalmente na área central, passaram a fazer parte do ambiente arquitetônico destacado da cidade. Isso demonstra uma desigual atuação do poder público em relação às águas. Enquanto nas regiões mais pobres as águas dos córregos e lagos são consideradas como um problema que deve sumir, as mesmas águas são destacadas como um recurso simbólico, até encenado para alguns grupos sociais. Isto é um bom exemplo que Cosgrove (1998, p. 112) chama de paisagem da cultura dominante.

Esta hegemonia da água, como recurso social, fica evidente na organização espacial da Lagoa das Lágrimas e do Parque do Lago. Este último ambiente foi criado como uma natureza reinventada e transformada em uma paisagem valorizada que, segundo Lucchiari (2001), acaba mascarando um problema ambiental. Normalmente, este lago recebe despejo de esgoto de todo o Arroio do Pocinho que nele deságua. Mas, com respeito ao comentário de Ghilardi e Duarte (2006, p. 103), o Parque do Lago confirma que “as ações do poder público estão na maioria das vezes voltadas para a imagem da cidade, ignorando muitas vezes os reais problemas urbanos e ambientais”.

Em outras áreas, principalmente nas periféricas, a situação é diferente. Nessas áreas encontram-se também águas, mas estas são menosprezadas no processo de crescimento urbano e tornam-se espaços desvalorizados e desprezados, paisagens residuais ou excluídas (COSCROVE, 1998). O descuido com estas áreas dá origem a uma ambientação insalubre, sendo provocada pelo desinteresse dos proprietários dos terrenos. Por isso, muitas vezes estes terrenos ficam abandonados e sujeitos às invasões e ocupações irregulares. Além disso, as suas águas servem, como já mencionado, como receptáculo de despejo de esgotos domésticos, em função da falta de um sistema de esgoto em áreas precárias.

Assim, a representação social da água se exprime no corpo arquitetônico da cidade de Guarapuava. Seguindo a concepção de Ghilardi e Duarte (2006, p. 98) “[...] os rios urbanos, quando valorizados como recurso natural, nos espaços livres públicos da cidade, atraem as pessoas e, deste modo, são capazes de dar suporte a uma vida pública.” Dessa maneira, segundo esses autores, contribuem para o bem-estar mental da população proporcionando às pessoas “o prazer de se estar próximo à natureza”. Em Guarapuava, é o caso da Lagoa das Lágrimas e do Parque do Lago.

Nesses dois exemplos, podemos observar como o próprio planejamento urbano utiliza-se de uma representação social. Chama atenção que a construção de um parque ou um ambiente de lazer é visto como forma criativa de resolver um problema ambiental. De fato, esses ambientes propiciam oportunidades de convívio coletivo favorecendo a socialização dos habitantes de uma comunidade (GHILARDI e DUARTE, 2006), mas eles não resolvem os

graves problemas de abastecimento e saneamento básico para grande parcela da população local, sendo desta forma apenas uma atitude semiótica, uma paisagem simbólica.

Assim, seguindo Cosgrove (1998), os ambientes aquáticos da cidade de Guarapuava são repletos de significados culturais e a transformação decorrente da intervenção humana sobre esse elemento natural é primeiramente um processo de construção social e cultural. Conclui-se que, na cidade de Guarapuava, e não só nessa, a água é um elemento material e simbólico na sua planta, mesmo sendo ocultada e canalizada. Os cidadãos parecem sentir necessidade da sua presença e por isso evocam até no paisagismo urbano, elementos simbólicos da água que geralmente representa tranquilidade, paz, vida e brilho. Praticamente cada chafariz, cada lagoa ou cascata lembra esse elemento contemplativo e psicológico no corpo da cidade. A água assume uma função não apenas ecológica, mas também utilitária, necessária e social, além de ser um recurso identitário, artístico e até poético quando se refere às filosofias, psicologias, religiões, mitologias e tradições, que fazem da água um elemento principal da sociabilidade, inserindo os indivíduos num mundo maior.

#### **4. Área de estudo**

No local escolhido para a pesquisa, o Bairro Alto da XV, corre o Arroio Salgado que é formado pela confluência do Riacho Olho d'Água e Córrego Charqueado que nascem no Bairro Santana. Embora localizado na malha urbana, o Arroio Salgado encontra-se pouco canalizado, mas bastante aprofundado no basalto que forma vertentes relativamente inclinadas. Os terrenos em áreas alagadiças estão sendo ocupados por famílias de baixa renda, e algumas reproduzem antigas práticas com relação ao rio, como: usar suas águas para lavar roupa, louça, e para limpeza das casas. Segundo Corrêa (1989), os grupos sociais excluídos também são agentes produtores do espaço urbano. Estes, ao produzirem seu próprio espaço, estão, antes de tudo, constituindo uma forma de resistência e sobrevivência, que se traduz na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes.

Além desses fatores, esta área foi eleita como foco da pesquisa porque a conhecemos bem. Quando criança, brincamos nas suas águas. Trata-se, portanto, de uma área familiar, o que nos remete a relações de parentesco e vizinhança e ao diálogo com velhos conhecidos: pessoas que viram o lugar se constituir e se transformar ao longo do processo de crescimento da cidade. Como argumenta Velho (1978), as ciências sociais sempre acreditaram que a distância entre o investigador e o objeto de estudo era uma condição mínima para a objetividade do seu trabalho. Tal ideia conduzia os pesquisadores a buscar seus objetos de estudo em outros espaços e/ou outras sociedades. Do ponto de vista da antropologia, somente o exótico era considerado, sendo este inclusive condição para o conhecimento. Um exótico que, pela pesquisa, deveria ser transformado em familiar.

Contudo, o autor relativiza essas ideias, afirmando que o familiar também pode ser exótico, pois “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido.” (VELHO, 1978, p. 39). Mesmo estando habituado à convivência de pessoas da vizinhança, o fato de vê-las todos os dias não significa que se está familiarizado com seu universo simbólico, suas crenças e valores.

Moscovici (2003, p. 30) apresenta ideias próximas ao afirmar que muitas vezes “nós não conseguimos ver o que está diante de nossos olhos, é como se nosso olhar ou nossa percepção estivessem eclipsados.” Assim, o fato de nossa área de estudo ser familiar não quer dizer que a conhecemos a fundo. Vivendo nela nosso cotidiano, não paramos para lançar um olhar mais interrogativo, o que a torna, na perspectiva de Velho, uma área desconhecida. Do mesmo modo, a vizinhança com a qual convivemos também permanece obscura em seus hábitos, crenças, valores e, sobretudo, em relação às representações sociais que têm sobre a cidade e sobre os rios próximos – objeto de nosso trabalho.

## **5. Metodologia**

Diante deste cenário de fundo, procuramos um caminho mais informal, para coletar as representações sociais dos moradores deste bairro, que foi sendo construído no decorrer do próprio processo investigativo. As representações sociais foram coletadas de 49 moradores do Bairro Alto da XV, sendo: 15 adultos, 11 adolescentes (técnica de entrevistas) e 23 crianças (técnica dos mapas e desenhos). Estes moradores foram vistos apenas como pessoas de referência para compreender a estruturação das representações sociais e, por isso, aparecem em número reduzido.

Com os adultos e adolescentes, para prevenir uma desvirtuação dos relatos, foram primeiramente realizadas algumas entrevistas informais, com um objetivo exploratório. Isso permitiu formular adequadamente a problemática e a sua representação do ponto de vista dos entrevistados. Em seguida, optamos por entrevistas individuais formais, já buscando categorias pré-formatadas.

Com as crianças, apoiados em Félonneau (2003, p. 156), que afirma que “[...] ao lado dos dados discursivos, pode-se também chegar as representações do meio ambiente a partir da produção de desenhos [...]”, optamos por outra técnica; decidimos então, captar as imagens como reveladoras de representações. Isso se torna possível através do método dos mapas mentais. Esse termo, segundo Nogueira (2002), deve-se a Kevin Lynch, um dos precursores dessa discussão, devido ao sucesso de sua obra *A imagem da cidade* (1960). Posteriormente, os mapas mentais foram estudados por vários arquitetos, sociólogos, antropólogos e geógrafos, entre eles destacamos, Yves André e Antoine Bailly, que trazem as discussões das representações mentais para a Geografia.

Para Félonneau (2003, p. 157), os mapas mentais estão muito distantes e diferentes dos cartográficos e são considerados

[...] como o produto de um processo cognitivo de codificação, de armazenagem, de memorização por um sujeito de certo número de informações ambientais [espaciais]. Todos os pesquisadores estão de acordo em dizer que o mapa mental não é um decalque puro e simples do espaço real: ele esclarece muito mais sobre as representações que um sujeito tem dos ambientes que ele descreve do que sobre o próprio real. Ele é então o produto de uma atividade mental de seleção das informações. (Tradução nossa).

Assim, solicitamos às crianças, que representassem o seu bairro, em uma folha branca, de forma extremamente lúdica, com a intenção de verificar como elas iriam representar as águas existentes nesse ambiente.

O encontro com os entrevistados ocorreu sempre da seguinte maneira: decidimos, num primeiro momento, escolher alguns/as informantes conhecidos. Num segundo momento, optamos por entrevistar pessoas desconhecidas, até mesmo a critério de comparação dos dados coletados. Por meio dos questionários procuramos compreender também as vivências dos moradores no bairro.

Assim, o roteiro partiu das nossas visões sobre o bairro como antiga moradora, passou pelas representações das crianças e adolescentes, para encontrar finalmente as representações sociais das moradoras e moradores adultos do bairro.

## **6. Resultados**

O discurso produzido, pelos moradores aborda a água como bem e recurso dotado de valor econômico e utilitário. Verifica-se que há um conhecimento ligado à água objetivando-a como: água é vida, água bem precioso, água para matar a sede. Estes significados articulam-se com questões como limpeza doméstica, higiene pessoal, muito ligados à vida cotidiana. Portanto, a maior preocupação dos entrevistados, sobretudo em termos de escassez, está em fazer uma ligação entre análises de problemas gerais e práticas diárias, não somente no caso dos adultos, mais especificamente das donas de casa, mas também dos adolescentes.

A água como elemento natural e simbólico pouco aparece. Contudo, a dimensão simbólica se apresenta em outra representação social. Por exemplo, constatamos no discurso de algumas moradoras, que há o costume de deixar um copo de água próximo ao rádio, principalmente durante os programas religiosos em que o padre costuma benzer a água. Essa água é usada para vários fins, como beber e aspergir na casa.

Uma senhora que mora ao lado do Arroio Salgado até se refere à água como sagrada na vida cotidiana, como podemos observar no seu relato:

A água é sagrada ... como fala na palavra, é água pura, nos purifica. Até tomando banho, estou agradecendo a Deus... essa água viva ... que Ele está nos purificando, nos restaurando. Nossa!!! Fico cantando no banheiro assim, é muito bom. Essa água já é abençoada, o que Deus manda é tudo abençoado.

Entretanto, também na sua casa, o esgoto, que aparece como não sendo água, é lançado diretamente no arroio. Para ela as águas do rio representam esgoto a céu aberto, que exalam mau cheiro e que precisam ser logo canalizadas, “porque esgoto não pode ficar a céu aberto deve ser canalizado”.

Trata-se, neste caso, de uma urbanização da própria água, que passa pelo discurso da necessidade e do simbólico ao utilitário e finalmente ao despejo. Nos relatos aparecem quatro dimensões ideológicas da representação da água: a dimensão utilitarista (faz parte da higiene e do bem-estar); a dimensão capitalista (é um bem um recurso); o discurso ambientalista (água elemento da natureza e recurso finito) e o discurso religioso (a água com conotações sagradas).

Outro aspecto interessante da nossa pesquisa é a formação da representação social sobre a água na infância. A duplicidade entre água na natureza e água da torneira, faz parte do imaginário das crianças, mostrando que esta diferença já se estabelece na infância, principalmente através de um discurso educativo, que constantemente reproduz expressões como: feche a torneira para escovar os dentes, abra a torneira apenas para o enxágue, tome banhos rápidos, não desperdice água para que nunca falte em nossas torneiras.

Também, esta duplicidade é consequência da urbanização e do imaginário urbano que exclui, principalmente da arquitetura moderna, as águas como o outro, como um ambiente verdadeiramente natural. Esta cidade moderna convertida pelo capital, usando as palavras de Leff (2004), reproduz a cidade como lugar de produção e de consumo à custa da degradação da natureza. Assim, as crianças na cidade já crescem nessa diferença e a incorporam em seu imaginário. Elas também interpretam o ambiente com a constatação da poluição como característica da cidade.

A artificialização do ambiente aumenta ainda mais com os cenários artificiais aos quais as crianças têm acesso hoje em dia, em que as poucas visões naturais no ambiente urbano entram em concorrência com as visões naturais e naturalizantes da televisão, da internet, do vídeo game, entre outros. Desta maneira, a água que o discurso ambientalista e escolar caracteriza tradicionalmente como natural, aparece na fase da socialização das crianças mais com seus aspectos culturais do que naturais. A água encanada, não a água doce do rio, faz parte do ambiente infantil. Por isso, por incrível que pareça, o ponto de partida da criança naturalizada no seu ambiente é um elemento cultural, enquanto o aspecto natural da água se apresenta apenas através de um processo culturalizante.

Na visão das moradoras mais antigas do bairro, a água aparece muito no contexto temporal. As águas ditas naturais são lembradas por essas

moradoras, que se estabeleceram no bairro em um momento que esse não possuía água encanada e todos os arroios eram abertos, assim a alternativa era lavar roupa no rio, permitindo uma relação direta com as águas *in natura*. Muitas casas utilizavam as águas dos poços artesianos, mas essas eram usadas mais para beber e no preparo dos alimentos.

Na época, as águas do arroio permitiam essa prática, porque eram limpas o suficiente para isso. O chafariz, próximo à casa tinha água boa para beber, mas agora isto não é mais possível devido à poluição, sendo este um exemplo da dissociação desta relação e, assim, também da dissociação da representação social da água.

A modernidade e urbanização da água, encanada, rompem o contato cotidiano com o rio e a água subterrânea; como águas naturais está presente hoje, somente na memória. Atualmente, as donas de casa não têm mais necessidade de buscá-la e por isso começam esquecer que ela existe ali. Com a forte poluição, devido à superutilização, até o rio tornou-se um elemento indesejável dentro da cidade. Sem planejamento e sem intervenções do poder público no ambiente urbano, estas águas permanecem descontextualizadas do conjunto da vida cotidiana. Por isso, atualmente, até a falta de integração da água do rio nas práticas cotidianas deixa o arroio sumir da paisagem.

Quando os elementos das representações sociais entram em desuso, as suas representações são guardadas apenas no sistema de significações da memória, criando uma duplicidade da representação: a água encanada utilitária de hoje em contraponto com a água da natureza é ambiente do passado, arquivado na memória. Assim, as transformações do espaço urbano e do ambiente coincidem com mudanças no cenário das representações sociais e das reflexões e práticas ambientais. No cenário dessas pessoas mostra-se uma dissociação entre a água do passado, em que a abstração da água natural é substituída pela concretização na memória e a água do presente que simboliza até a alienação dessas pessoas no ambiente no qual cresceram. Nesse caso, as representações sociais do discurso ambiental poderiam revitalizar este valor cultural das pessoas mais antigas do bairro, numa tentativa de transformar as representações sociais das crianças, em relação às águas do Arroio Salgado.

Ao falarem das águas do bairro, como o Arroio Salgado, muitos/as entrevistados/as, principalmente os/as adolescentes, classificaram-nas como: esgoto, local de sujeira, portadora de mau cheiro e foco de doenças, com toda sua negatividade. Esta ancoragem demonstra que a água natural não existe no imaginário sobre o ambiente presente e próximo para eles. O que fortalece ainda esta perspectiva é o fato de que a falta de ocupação dentro da superfície urbana, muitas vezes, é vista como obsoleta, inútil e, por isso, adquire um valor negativo no processo da urbanização.

Segundo Félonneau (2003), os sujeitos, aderindo à representações negativas sobre o ambiente, terão a tendência de adotar atitudes agressivas para com ele. Mostra-se que esta rejeição, às vezes, se volta contra a própria

população que polui, a administração que não cuida mas, às vezes também, contra o próprio ambiente, as águas, que deveriam desaparecer (canalização para ocultar).

A despoluição, que poderia ser uma alternativa para recuperar o rio, pouco é cogitada nestas argumentações. Isto se deve, provavelmente, à falta de um ambiente emotivo positivo no imaginário, que poderia ser criado, por exemplo, pelas pessoas mais velhas com suas lembranças saudosas ou por artistas, além dos cientistas, bem como pelos próprios professores e professoras, que trabalham empiricamente no bairro. Esta lacuna, entretanto, também poderia ser preenchida pelos/as próprios/as moradores/as, se eles/as possuíssem uma sensibilização e um aprofundamento dos seus saberes sobre a água neste ambiente.

Por isso, para a nova geração, o arroio se tornou simplesmente um elemento indesejável na paisagem, no qual as águas mais atrapalham do que ajudam. Esta situação também se deve a um eventual descuido do poder público, cujos dirigentes apresentam, numa democracia, a mesma alienação de uma relação natural-concreta para com a água como as demais pessoas. Assim, no ambiente urbano, tornou-se natural que a água seja poluída e que ela não faça parte da paisagem.

### **Considerações finais**

Nossa intenção, nesta pesquisa, foi mostrar que, desde os primeiros assentamentos humanos, a água foi, de certa forma, dominada e integrada na vida social para atender as necessidades imediatas das populações, visto que, em algumas sociedades apareceu como um elemento sempre disponível e até infinito, enquanto em outras, como nas regiões desérticas, despertou atenção como uma raridade. Agora, devido a seus múltiplos e intensivos usos na sociedade moderna, começou, de fato, a ser ameaçada pela escassez e poluição dentro dos contextos da sociedade global.

No mundo vivido dos moradores do bairro, as águas aparecem concretamente de três formas básicas: na torneira (cujo contato com a fonte natural não está mais presente), na chuva (que ainda se percebe como um fenômeno da água na natureza, atribuída a forças divinas) e no Arroio Salgado, sendo que neste último sabe-se que a água está ali mas, para muitos moradores, passa até despercebida, porque o contato com essa água já foi há muito tempo rompido, e hoje é, até mesmo indesejável pelas próprias mudanças que o ambiente urbano provocou nessas águas.

A água, e mesmo um contato mais íntimo com ela, *in natura*, está na memória de muitos moradores, seja a água do próprio arroio, sejam águas de outros espaços, sobretudo rurais, em que fontes, rios, lagos, foram pontos em que a memória da água pode ser ancorada. Também de forma não material, temos a água e todo o seu simbolismo, como algo sagrado, indispensável e em perigo.

Contudo, chama nossa atenção a carência de uma imaginação alternativa para resolver a problemática da água do Arroio Salgado, que não seja a sua canalização e desaparecimento do ambiente. Talvez a falta de experiências positivas de proteção das águas, numa cidade de tantas fontes e rios, possa explicar esse posicionamento dos moradores diante do Arroio Salgado e de tantos outros. A responsabilidade, deixada a cargo de outros, do poder público, que de fato deve dar respostas concretas, coerentes e condizentes com a legislação ambiental em vigor, evidencia também um distanciamento do rio.

### Referências

ABREU, A. T. G.; MARCONDES, G. G. *O abastecimento de água no século XIX e a evolução do saneamento básico em Guarapuava*. Guarapuava: UNICENTRO, 1992.

BRITTO, A. L.; SILVA, V. A. C. Viver às margens dos rios: uma análise da situação dos moradores da favela Parque Unidos de Acari. In: COSTA, L. M. S. A. (org.). *Rios e paisagens urbanas: em cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: PROURB, 2006. p. 17-32.

BRUNI, J. C. A água e a vida. *Tempo Social*. Rev. Sociol. São Paulo: USP, 5(1-2). 53-65, 1993 (editado em nov. 1994).

BATTISTELLI, M. et al. (ORG). *Proteção e manejo da Bacia do Rio das Pedras: relatos de experiências*. Guarapuava: B&D Ltda, 2004. p. 10-14.

CARLOS, A. F. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 13 - 17.

CARVALHO, P. F. Águas nas cidades: reflexões sobre usos e abusos para aprender novos usos. In: BRAGA, R. ; POMPEU F. de. *Recursos hídricos e planejamento urbano e regional*. Rio Claro: Laboratório de Planejamento Municipal – Deplan. UNESP, IBGE, 2003. p. 9 - 33.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1989.

COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro, RJ: EDUERJ, 1998. p. 92-122.

DUVEEN, G. Introdução: o poder das idéias. In: MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 7 – 28.

FÉLONNEAU, M. L. Les représentations sociales dans le champ de l'environnement. In: MOSER, G.; WEISS, K. (org.) *Espaces de vie: aspects de la relation homme-environnement*. Paris: Armand Colin, 2003. p. 145-176.

GHILARDI, A. S.; DUARTE, C. R. de S. Ribeirão Preto: os valores naturais e culturais de suas paisagens urbanas. In: COSTA, L. M. S. A. (org.). *Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: PROURB, 2006. p. 95-119.

GUARESCHI, P.; JOVCHELOVTCH, S. Introdução. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Textos em representação social*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 17 – 25.

LEFF, E. Habitat/habitar. In: \_\_\_\_\_. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 282-295.

LUCCHIARI, M. T. D. P. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.) *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001. p. 9-28.

MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOGUEIRA, A. R. B. Mapa mental: recurso didático para o estudo do lugar. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (orgs.). *Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 125-131.

\_\_\_\_\_. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002. p. 17 – 26; 61 – 87; 213 – 232.

SILVA, J. M. *A valorização fundiária e expansão urbana recente de Guarapuava-PR*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Departamento de Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1995.

TEMBIL, M. *Em busca da cidade moderna: Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias e modernização*. Guarapuava, PR: UNICENTRO, 2007.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (org.) *Aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 36 – 46.